239373

A Construção de Gênero e a Formação da Identidade Profissional Feminina

Maria Célia Pacheco Lassance

RESUMO

Este estudo pretende apresentar uma base teórica explicativa da situação da mulher no mercado de trabalho, tomada como uma localização desigual e inferiorizada com relação ao homem. Defende-se a perspectiva de um desenvolvimento psicossocial específico, através de práticas socializantes que desde cedo inscrevem nas mulheres filtros pessoais que as dirigem para escolhas circunscritas a papéis sociais tradicionais de mãe, esposa e dona de casa. Parte-se das formulações teóricas de A. Schultz, P. Berger e T. Luckmann na discussão sobre a relação do indivíduo e a cultura e das formulações de N. Chodorow com relação ao processo de formação da identidade de gênero feminina e de D. Super na discussão da formação da identidade profissional. Apresenta-se, finalmente, alguns trabalhos de pesquisa que corroboram estas formulações.

Palavras-chave: identidade profissional feminina - Profissão - Gênero

ABSTRACT

The goal of this study is to present a theoretical basis for understanding women's situation in the work force, as unequal and inferior to that men. It is proposed that women's psychosocial development involves socialization practices which instill, from an early age, "personal filters" that lead them to choose traditional roles of mother, wife, and housewife. This paper draws on the theories of (1) A. Schultz, P. Berger and T. Luckmann as a basis for discussion about the relation between the individual and the culture; (2) N. Chodorow to explore women's identity formation; (3) D. Super to discuss professional identity formation. Finally, research findings that support these theoretical perspectives are presented.

Key-words: *professional identity - Work - Gender*

A questão do gênero, hoje, traz, para a psicologia, uma nova forma de pensar as estruturas individuais, na medida em que funda a perspectiva da desigualdade. A essencialidade do pensamento autoritário nega a diversidade, pasteuriza as diferenças, ataca o que é considerado diferente como alteridade, conferindo ao diferente um status cognoscitivo inferior, mantendo imutável esta ordem de coisas.

Lidar com a noção de gênero implica em entrecruzar categorias naturais como sexo, raça e geração com categorias impregnadas de significados políticos, ideológicos e culturais, significados estes inevitavelmente distributivos em termos de hierarquias, privilégios e desigualdades. Em nossa cultura, a mulher está, por nascimento, inscrita em um sistema de relações hierarquizadas, sob a ótica do masculino. E, nesta ótica, a mulher enfrenta uma situação de 'não-lugar', ou um lugar de invisibilidade sustentado pelas relações de poder vigentes.

Lidar com a noção de gênero também significa abandonar a perspectiva biologizada das diferenças que são eminentemente definidas na cultura, por assumir a realidade cultural como uma construção social que circunscreveu as diferenças entre os sexos como características hierarquizadas, determinantes de relações de opressão/subordinação 'naturalizadas'.

A formação da identidade de gênero não pode, de modo algum, ser tratada a-historicamente ou a-temporalmente, legitimando a assimetria sexual em nome da 'natureza', desvinculando-a das relações concretas que a produzem. A universalização desta assimetria dá-se em função de uma 'naturalidade' que passa pelo biológico. Mas, embora haja uma universalização dos atributos sexo e idade como definidores de diferenças na divisão social do trabalho, esta universalização não se refere à natureza e, sim, certamente, passa por definições culturalmente especificadas.

Assim, seguindo as tendências dos atuais estudos circunscritos ao âmbito categorial da noção de gênero, tem-se, por princípio, que as noções de 'homem', 'mulher', 'masculino' e 'feminino' são categorias historicamente construídas, cuja especificidade passa pelas diferenças culturais particulares de cada grupo social e as definições de

Trabalho apresentado na forma de conferência no workshop O Papel da Mulher no Ensino Tecnológico: O Estado da Arte no Brasil, promovido pelo Programa de Pós Graduação em Tecnologia do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (Cefet-PR), 28 a 30 de novembro de 1995.

Maria Célia Pacheco Lassance é pesquisadora no Instituto de Psicologia da UFRGS. Endereço para correspondência: Maria Célia Pacheco Lassance, Rua Ramiro Barcelos, 2600/ sala 112 - Santana, Porto Alegre, RS - cep: 90035-030, Brasil.

realidade que engendram. Para Unger (1989), os sexos são diferentes à medida em que seus membros acreditam nesta diferença.

Importante que aqui se observe que estruturas sociais possuem potencialidades estruturantes não somente sobre a construção das subjetividades, mas principalmente estruturam o próprio universo de repertórios possíveis da construção destas subjetividades. Como nos trabalhos de Heilborn, M.L. (1992), Scott, J. (1990) e Bourdieu, P. (1990), aqui a categoria gênero não se reduz aos indivíduos corporificados como homens e mulheres e, sim, ganha um status ontológico superior, como motor simbólico, que modela uma noção de mundo primariamente dividido, classificado e hierarquizado, sob um princípio de relações de poder pré-estabelecidas..

O trabalho constitui-se num dos principais estruturantes da subjetividade, pois reflete de forma direta as pautas organizacionais da sociedade e refere-se a muito mais do que a produção material: inclui a formação de si mesmo, situando o indivíduo em categorias sociais que vão para além das fronteiras desta produção de bens e serviços. Esta articulação remete diretamente à questão da multiplicidade de estruturas que, organizadas sob a forma de redes de significados e tipificações criados e transformados na produção da trama cultural, refletem as conjugações possíveis entre os enunciados culturais disponíveis a seus integrantes.

Historicamente, a trajetória da mulher como indivíduo tem sido traçada segundo padrões masculinos: na sua observância, na sua possibilidade, na sua descrição e tratamento. O estudo acerca do trabalho da mulher em um ângulo psicossociológico tem sua maior dificuldade no fato de que, embora a mulher esteja presente na realidade da produção, está, como um contingente diferenciado, ausente das teorias, que excluem a diversidade como categoria analítica dos processos de trabalho, sob a égide de um caráter ideológico patriarcal que ainda marca o pensamento contemporâneo. Capitalismo e patriarcado são, aqui, tomados como sistemas autônomos, mas relacionados de forma organizada gerando, nesta organização, as possibilidades necessárias e suficientes para sua própria reprodução.

A inserção da mulher no mercado de trabalho dá-se, ainda, de forma diferenciada da do homem. Apesar do incremento inegável e da melhoria de qualidade da inserção feminina, mesmo nas profissões de nível universitário, as mulheres continuam inserindo-se no mercado através de 'guetos' tipicamente femininos: profissões de ajuda, de cuidado, que envolvam geratividade com crianças, jovens, velhos, deficientes etc., ou trabalhos cuja descrição contenha requisitos básicos como paciência, dedicação, submissão ao desconforto, atributos considerados 'naturais' à mulher que, assim, já estaria pré-qualificada para o maior nível de eficiência em tais tarefas. Concentram-se, então, em profissões de ensino, saúde, funções burocráticas e comerciais.

É inegável uma transformação na esfera produtiva nesta última década: caminha-se para uma centralidade no desenvolvimento de tecnologias avançadas que geram alterações profundas na organização, produção e relações de trabalho, possibilitando o surgimento de novos paradigmas que exigem redefinições fundamentais nas escalas de valores norteados pela divisão de papéis sexuais no trabalho estabelecidos já há muito tempo. A terceirização das tarefas, a contratação por tempo parcial, o trabalho temporário e principalmente o horário flexível e a possibilidade do trabalho domiciliar, criaram a ilusão de que estas modificações possibilitariam a superação das diferenças tão arraigadamente hierarquizadas entre trabalhadores masculinos e femininos. Entretanto, inúmeros autores vêm mostrando que estas expectativas não se realizaram. O trabalho temporário ou em tempo parcial, nos quais significativa parcela de mulheres tem sido absorvida, não está coberto por benefícios trabalhistas, assim como nos países periféricos, a ampliação de alguns setores da indústria, voltados para o mercado externo, deu-se por subcontratações massivas de mulheres donas de casa com baixa remuneração e descobertas de legislação trabalhista (Bradley, 1989; Cockburn, 1985; Pearson, 1989). A acelerada informatização de determinados setores possibilitou também a absorção massiva de mulheres; entretanto, as tarefas tornam-se rotinizadas, banalizadas e de baixa remuneração (Cockburn, 1985).

Assim, apenas a verificação do aumento do contingente feminino no mercado de trabalho não capacita ao observador analisar a atual condição feminina no que tange à esfera produtiva, pois este aumento não significou um rompimento subjetivo importante com os padrões tradicionais ou com modelos interiorizados historicamente ou mesmo, e principalmente, um rompimento objetivo da sociedade com estes padrões tradicionais.

Na medida em que aqui não tratamos de uma *mulher universal*, um *tipo MULHER*, com o qual todas as mulheres seriam comparadas, a vertente de discussão deve, necessariamente, basear-se na observância das relações dos indivíduos com as pautas culturais sob as quais vivem.

Assim, o que percebemos como opressão, submissão ou localização secundária na escala social no que se refere à participação social da mulher é fruto também das pautas culturais ou sistemas de significações e tipificações do universo simbólico intersubjetivado.

Rosaldo, M.Z. & Lamphere, L. (1979), em *A mulher, a cultura e a sociedade*, referem uma série de estudos antropológicos que indicam que, embora em algumas sociedades a mulher tenha adquirido um status consideravelmente privilegiado, não há "*sociedade onde a mulher possua poder publicamente reconhecido e autoridade superior à do homem. Em todos os lugares vemos a mulher ser excluída de certas atividades econômicas e políticas decisivas; seus papéis como esposas e mães são associados a poderes e prerrogativas inferiores aos homens*" (p.19).

Para De Beauvoir (1980), na obra clássica *O segundo sexo*, a condição biológica da mulher é fato determinante neste contexto de subordinação. Uma vez que a mulher, por biologia, despende longo tempo com a fun-

ção reprodutiva, com o "repetir a Vida" ou o "*life-giving*", coube ao homem as tarefas complementares de manutenção do grupo familiar como a caça, o "*life-taking*". Assim, o homem assume uma posição de transformação perante o mundo da natureza.

Ortner (1970) coloca que esta determinação biológica é um dos aspectos que fazem com que, em nível de representação cultural, a mulher seja vista como mais próxima à natureza que o homem, que, por sua vez, estaria identificado com a cultura, locus de transformação, criação e construção. E é esta aproximação com a natureza em oposição com a cultura que gesta o pressuposto da universalidade da posição secundária da mulher, pois a cultura é a possibilidade de transcender e superar as condições naturais. A mulher permanece por um longo tempo - gestação e amamentação- simbiótica e quase simbioticamente ligada ao bebê e, mais tarde, é ela que *naturalmente* tomará a si o encargo da supervisão e acompanhamento da criança, sendo a maior responsável pelos primeiros atos socializantes desta. Talvez este seja o motivo pelo qual esteja sujeita a restrições bastante severas e a pautas de comportamento rigidamente circunscritas, sendo socializada dentro de padrões comportamentais conservadores e tradicionalistas, reforçados pelos contextos sociais restritos em que vive. Esta autora considera estes padrões de socialização a mais pérfida forma de restrição social feita à mulher.

Definir teoricamente os conceitos de socialização, neste momento, parece útil, para que se tenha uma base comum de entendimento. Para tanto, recorro à *Sociologia do Conhecimento* de Berger & Luckmann (1978), que, na esteira dos estudos de Alfred Schütz, George Mead e, na sua base, a fenomenologia de Husserl e a sociologia de Weber, construíram um corpo de conhecimentos explicativos básicos, no meu entender, ainda insuperável em termos de compreensão da questão da relação do indivíduo com a sociedade.

Estes autores propõem que a socialização é o que faz do indivíduo membro da sociedade. Através de um processo de interiorização, o indivíduo apreende um dado objetivo como dotado de sentido, isto é, torna este dado objetivo subjetivamente significativo. A partir da interiorização, o indivíduo assume o mundo no qual os outros vivem, tornando-se membro da sociedade quando atinge um grau de interiorização tal que haja uma identificação mútua entre ele e os outros, estabelecendo uma gama de significações comuns que possibilite uma mutualidade de significados e definições de situações partilhadas.

A primeira socialização à qual os indivíduos se submetem, a *socialização primária*, pelo fato de ocorrer fundamentalmente no seio da família, reveste-se de um caráter essencial de *inevitabilidade* engendrado pelas condições específicas em que se dá: condições carregadas emocionalmente, uma vez que se dá através do processo de identificação com *outros significativos*, dos quais dependem não só seu desenvolvimento emocional, mas, em alto grau, sua sobrevivência. Estes outros significativos mediatizam o mundo para o indivíduo modificando-o, em função da seleção particular que fazem no repertório de pautas culturais a eles acessíveis de acordo com sua localização na estrutura social e também em virtude de idiossincrasias individuais, fundamentadas na biografia destes mediadores. Através deste processo de identificação, a criança torna-se capaz de auto-identificar-se, vivendo assim um processo dialético estabelecido entre o outro e si mesmo, adquirindo uma identidade coerente e adequada ao meio no qual se desenvolve.

Nesta apreensão de significados dos *outros significativos*, o indivíduo vai, progressivamente, abstraindo papéis e atitudes de outros determinados, generalizando-os, estabelecendo, assim, uma simetria entre a realidade objetiva e a realidade subjetiva, criando seus filtros pessoais de apreensão, interpretação e significação do mundo.

A realidade da vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos integrantes de uma dada sociedade que, subjetivamente, a ela atribuem sentido, formando um todo coerente, uma totalidade ordenada.

Como coloca Schütz, '*o homem nasce em um mundo já existente antes de seu nascimento, e este mundo é, desde o início, não só físico, mas também sociocultural. Este último é um mundo pré-construído e pré-organizado, cuja estrutura específica é o resultado de um processo histórico e difere, portanto, em cada cultura e em cada sociedade*' (1974, p. 212).

Assim, a socialização seria a transmissão destas pautas culturais compartilhadas pelos membros da sociedade, e determinam uma rede de significados e tipificações constituintes de uma ordem institucional que deve ser protegida, pois representa a possibilidade organizacional de funcionamento e manutenção da própria teia social.

Uma instituição é aqui definida como um processo social decorrente de uma tipificação recíproca de ações habituais por atores tipificados. Estas tipificações das ações e de atores são sempre partilhadas e acessíveis a todos os membros do grupo social específico.

Ao indivíduo, a instituição aparece como uma realidade dada, inegável, evidente e inalterável. Quando importante para a sobrevivência da sociedade, adquire, por ação organizada das próprias instituições, um status superior à possibilidade de manipulação do indivíduo.

As significações institucionais são integradas, gerando um corpo de conhecimentos que fornece as condutas socialmente aceitas, valorizadas e definidoras da realidade das relações sociais, transmitidas como *receitas*. Este conhecimento é tido como *O CONHECIMENTO*, e toda dissidência ameaça a ordem institucional e deve ser evitada.

A socialização é considerada eficiente se as significações subjetivas do indivíduo coincidem com as significações objetivadas na ordem institucional. Cada dissidência dentro da estruturação do universo simbólico é considerada desvio e deve ser o desviante reconduzido às pautas prescritas.

Como coloca Fromm, E. (apud Riesman, D., 1971) '*...para que qualquer sociedade possa funcionar bem, seus membros devem adquirir o tipo de caráter que faz com*

que eles queiram agir da forma como têm de agir, enquanto membros da sociedade ou de uma classe específica em seu seio. Eles têm de desejar o que objetivamente é necessário que façam. A força externa é substituída pela compulsão interna e pelo tipo particular de energia humana que é canalizado para os traços de caráter' (p. 69-70).

Neste ponto, torna-se útil introduzir a noção de papel. Qualquer ordem institucional origina-se na tipificação dos desempenhos dos indivíduos. O fato de o desempenho de um papel institucionalizado localizar a estrutura conceitual do mundo subjetivo traz como conseqüência direta a localização do próprio indivíduo em termos de auto-experiência. Isto é, o fato de o indivíduo executar determinada ação contida na definição de determinado papel, dá ao sujeito da ação autocompreensão em termos de uma parte da personalidade que é objetivada no curso desta ação, através da validade social imputada ao papel. Na medida em que há uma situação parcial, surge a possibilidade de vivências contraditórias, na medida em que outros padrões de autodefinição podem derivar de outros papéis.

De acordo com Berger e Luckmann, '*...as instituições incorporam-se à experiência do indivíduo por meio de papéis. Estes, lingüisticamente objetivados, são um ingrediente essencial do mundo objetivamente acessível a qualquer sociedade. Ao desempenhar papéis, o indivíduo participa de um mundo social. Ao interiorizar esses papéis, o mesmo mundo torna-se subjetivamente real para ele'* (P. 103).

Assim, desempenhar determinado papel localiza o indivíduo em áreas específicas dentro do conhecimento socialmente objetivado, sendo a importância dada para os papéis estruturada na base do que é tido como socialmente relevante e legitimador da dinâmica social estabelecida, que mantém o *'pensar como sempre'* (na terminologia de Scheler)

Este esquema de papéis, tanto quanto a própria ordem institucional, são passíveis de apreensão como facticidade não-humana, ou *reificados*, isto é, levados a um grau extremo de objetivação, perdendo a leitura que possuem como empreendimento humano. Assim, a identidade reificada significa que a distância subjetiva possível entre o indivíduo e o papel que ele desempenha está diminuída ao ponto de confundir-se na sua totalidade com as tipificações socialmente a ele atribuídas.

A educação, tomada aqui em sentido amplo, compreendendo aspectos tanto formais quanto informais de transmissão do conhecimento, constitui-se na forma privilegiada de socialização e realização desta simetria entre a realidade objetiva e subjetiva e, por sua vez, a socialização primária constitui-se no locus principal deste processo, pois a socialização secundária terá como base a socialização primária, seus conteúdos e significados e seu caráter dependerá do status do corpo de conhecimento dentro do universo simbólico considerado.

Nancy Chodorow (1979) atribui à universalização da subordinação feminina à forma como se estruturam as práticas de criação de filhos. Nos primeiros anos de desenvolvimento, tanto meninos quanto meninas, os filhos desenvolvem um vínculo de dependência infantil com a mãe, dada a vivência diferenciada de homens e mulheres no meio social.

Sendo o desenvolvimento da personalidade fruto mais de propósitos inconscientes que conscientes dos pais, a qualidade de relações que a criança desenvolve com os pais imprimirá marcas permanentes na sua personalidade e individuação.

A menina, após o processo de separação-individuação com relação à situação de *dependência infantil* (Fairbain, 1980), mais freqüentemente com a mãe, permanece a ela ligada de forma bastante intensa e pouco diferenciada. A relação simbiótica inicial, a gestação, é seguida pela situação de amamentação e, *naturalmente*, o cuidado da criança continua a ser encargo da mulher, o que intensifica e prolonga o período de identificação primária, iniciando-se a individuação do self, um processo diferenciado para meninos e meninas. Chodorow sugere a existência de um tratamento diferenciado para os dois sexos, dada uma dupla identificação da mãe com a filha e com sua própria mãe, revivendo sua própria situação de bebê. O tratamento dispensado ao filho diferiria no sentido de que seria mais enfatizada a masculinidade por oposição à identidade da mãe.

Durante o período edipiano, o desenvolvimento do menino torna-se bastante diferenciado: ele necessita substituir a identificação primária com a mãe pela sua identidade de gênero. Mas, na medida em que a figura do pai é relativamente ausente, a identificação com este é dificultada, constituindo-se em uma identificação *posicional* com elementos do papel masculino de seu pai. Estas identificações são realizadas numa base fantasiosa, indireta, quando assume os papéis pressupostos do pai, caracterizando o processo decorrente por uma negação do feminino, das características da mãe. Já a menina tem seu desenvolvimento da identidade de gênero menos problematizado, pois sua identidade final deverá estar circunscrita às características reais observadas durante toda a infância nos indivíduos com quem manteve contatos imediatos, ou seja, mulheres. Esta identificação feminina é feita na base de uma aprendizagem gradativa de modos de comportamento e significações com que convive constantemente, diretamente, estabelecendo uma continuidade da identificação primária das fases anteriores. Mesmo que, em dado momento, a menina passe a identificar-se com o modelo masculino, não nega ou denigre o feminino, apenas aceita e adiciona novas identificações às já instaladas anteriormente.

Na medida em que a menina desenvolve-se mais provavelmente num contexto intergeracional formado pela mãe, avó, tias, circunscreve um desenvolvimento de ego mais flexível e uma identidade mais fortemente estabelecida, apesar de certa indiferenciação com relação à mãe e, por simetria, uma indiferenciação mais geral com o mundo. Conseqüência direta disto seriam as vivências de culpa e excessiva responsabilidade pelo sucesso ou fracasso das

relações domésticas e sociais, situações estas fora de sua zona direta de manipulação.

A mãe representa '*regressão, passividade, dependência e falta de orientação para a realidade, enquanto o pai representa progressão, atividade, independência e orientação para a realidade... Para a filha, a identificação de gênero feminino significa identificação com uma mãe desvalorizada e passiva e a identificação maternal pessoal é feita com uma mãe cuja própria auto-estima é baixa*' (Chodorow, 1979, p. 88).

Assim, o desenvolvimento da identidade da mulher dá-se dentro de padrões de inferioridade e, portanto, dependência, dada a incapacidade subjacente aos sentimentos de desvalor.

Dentro deste quadro, vamos, então, restringir a discussão a um aspecto específico: *a aquisição da identidade profissional feminina*. Para tanto, algumas definições de termos afiguram-se como essenciais.

A identidade profissional é aqui tratada como a organização particular que a pessoa faz de seus autoconceitos; é composta de elementos centrais ou vitais e elementos periféricos, constituindo-se de uma organização hierárquica mutável, plausível de acréscimos e estreitamentos, em função da dinamicidade das relações entre o indivíduo e a cultura.

Para Donald Super (1963), o sistema de autoconceitos seria um quadro do self em um papel, uma situação, uma posição, uma rede de relacionamentos específicos. Autoconceitos tendem a ser autoperpetuados e duradouros, sendo confirmados, modificados, elaborados e revisados constantemente em contato com o meio; um teste de hipóteses feito de modo deliberado e formal.

Para este autor, as ações de uma pessoa são determinadas pela maneira como se percebe. Salienta: '*ao expressar uma preferência vocacional uma pessoa traduz a uma terminologia ocupacional suas idéias sobre a classe de pessoa que é; ao ingressar em uma ocupação, trata de instrumentar sua opinião sobre si mesma; e, ao estabilizar-se em uma ocupação, trata de alcançar sua auto-realização*' (Super, 1976, p.9)

Para Super, o desenvolvimento vocacional dá-se ao longo de estágios a saber: Crescimento, Exploração, Estabelecimento, Manutenção e Declínio, envolvendo um processo que duraria toda a vida.

O estágio de Crescimento caracteriza-se pelo processo de formação do autoconceito, segundo os mesmos princípios de desenvolvimento da identidade pessoal: dá-se, basicamente, através de processos de identificação com outros significativos, durante a socialização primária. O estágio de Exploração caracteriza-se pelo processo de tradução do autoconceito em termos vocacionais, quando há um incremento na auto-análise e experimentação de papéis ocupacionais na escola e em atividades laborais propriamente ditas. Este processo de tradução dá-se através de três formas básicas: através da identificação com um modelo de papel adulto, da experiência em um trabalho provisório ou que tenha sido imposto e pela compreensão de que algumas de suas características têm implicações ocupacionais que o fariam adaptar-se bem a um certo tipo de ocupação.

Como coloca Bohoslavsky (1983): '*um modelo de identidade profissional deve especificar de que maneira a identidade vocacional (expressão e síntese das sobredeterminações subjetivas) inclui na determinação da escolha das variáveis do contexto, não mais tomado como marco que restringe ou oferece possibilidades, mas como outra ordem (objetiva) de determinações da identidade profissional*' (p. 63).

Sendo a ocupação o conjunto de expectativas de papel por parte da sociedade, a identidade profissional, então, seria a '*autopercepção, ao longo do tempo, em termos de papéis ocupacionais*' (Bohoslavsky, 1977, P. 55).

Desde 1983 tenho, de formas variadas, enfrentado a temática do trabalho da mulher e sua identidade profissional: para mim as questões do gênero e trabalho não são apenas temáticas de estudo e sim questões vivenciais, na medida em que, a partir desta época, passei de trabalhadora com inserção total na carreira a esposa, mãe e, sem escapatória, dona de casa. Ao longo deste tempo, fui compreendendo integralmente a teoria e esta afirmou-se a mim como uma realidade inegável, na medida em que fez-se necessário integrar estas identidades dentro de mim e em consonância com outras identidades com quem passei a partilhar minha vida.

Em 1987, concluindo minha dissertação de mestrado, verifiquei, dentre o universo da pesquisa (14 mulheres, entre 25 e 35 anos, profissionais de nível universitário com atividade profissional na cidade de Porto Alegre) que o recorte metodológico em profissões tradicionalmente masculinas e profissões tradicionalmente femininas não se mostrou significativo, pois embora se esperasse que as mulheres em profissões tradicionalmente masculinas apresentassem um padrão melhor de superação da cultura tradicional, o que se observou foi uma similaridade entre elas, cujo eixo estava justamente na ausência desta superação. A constante ficou circunscrita a atitudes 'femininas' para com o profissional: saliência da segurança, ausência de risco e permanência nas ocupações mesmo sem realização profissional pelo sentimento de impossibilidade de lançar-se numa faixa do mercado de trabalho mais concorrida e na gratificação primordial advinda da realização de valores humanísticos como solidariedade, auxílio ao próximo, valores bem característicos da definição de gênero do feminino, em detrimento de valores considerados masculinos como poder e remuneração. Verifiquei que, embora estas mulheres relatassem uma naturalidade na profissionalização, o trabalho estava, como eixo de identidade, em setor secundário. Uma alternativa ou forma de evitação do que denominei eixo principal, o doméstico ou do domínio privado. De alguma forma a vida doméstica, para a qual a maior parte daquelas mulheres foi socializada, era vista como tediosa, inferior e, assim, indesejável, e a alternativa para isto seria o trabalho. O trabalho passa a ser uma 'alternativa para o inevitável', uma atividade paralela, concorrente, mas nunca substitutiva.

A partir destes dados, juntamente com duas colegas, Brendali Bystronsky e Vera Suzana Moreira Selbach, dei seguimento a esta pesquisa, tentando verificar as possibilidades de integração entre os domínios público e privado no discurso de 20 mulheres entre 25 e 45 anos, casadas, com ou sem filhos, profissionais de nível universitário, residentes e com atividade profissional em Porto Alegre. Aqui, as mulheres, embora com atividade profissional, não se auto-representavam como trabalhadoras: eram *mães, esposas e donas de casa que trabalhavam*. O trabalho era possível ou justificado e analisado em função das possibilidades de adequação ao gerenciamento da esfera doméstica, o que passava pelo trabalho em meio turno ou em atividades com flexibilidade de horário, denotando uma inserção secundária, facilmente interrompida ou alterada. A atividade oposta ao trabalho, para essas mulheres, não era o lazer e sim o trabalho doméstico, uma sobrecarga, pois mesmo que não executassem elas próprias o serviço doméstico, eram responsáveis pela organização do mesmo e, caso houvesse alguma incompatibilidade entre as esferas do trabalho e doméstica, a alternativa era sempre a diminuição ou interrupção do trabalho; nunca a possibilidade de trabalhar mais e melhor foi referida, pois integrar casa e trabalho é dar conta de tudo, desde que sua atividade primordial, 'natural' esteja resguardada.

Esta ligação 'natural' com os domínios do cuidado da casa e da criação dos filhos, âmbitos bastante desvalorizados da atividade social, faz com que a mulher assuma um lugar de 'cidadão de segunda classe' e, na tentativa de promoção para a primeira classe, a mulher depara-se com um processo de *desmapeamento* (Figueira, 1986). O mapa, dentro do sistema teórico até aqui privilegiado, constitui-se do sistema interpretativo de significados e tipificações partilhados por determinados grupos culturais. Assim, a socialização à qual a mulher é submetida, as injunções culturais que interioriza ao longo de sua biografia pessoal, geradas no seio da cultura pelas agências definidoras da realidade e transmitidas eficientemente pelas agências educativas, criaria um receituário insuficiente para as respostas necessárias e suficientes na direção de uma eficácia adaptativa frente a imperativos culturais que se afiguram como um novo mapa visto como *O MAPA*, cujas exigências atendem às possibilidades de manipulação masculinas.

A mulher, então, vê-se obrigada a mascarar o feminino, pois tomam as condutas mais arrojadas, criativas e transformadoras como pertencentes a um mundo masculino. Segundo Oliveira (1992), nesta busca por espaço, tentam corresponder ao novo papel feminino sob a ótica de um paradigma que estrutura uma dupla mensagem: *'para ser respeitada, pense, aja e trabalhe como um homem; mas para ser amada continue sendo mulher. Seja homem e mulher'* (p.55).

Em pesquisa de 1994, ainda não publicada, tentamos verificar a experiência de simultaneidade de desempenho de papéis de mãe, esposa dona de casa e trabalhadora em mulheres em ocupações tradicionalmente masculinas e a experiência com relação ao lugar da feminilidade nestes locais de trabalho. Foram entrevistadas 9 mulheres entre 25 e 50 anos de idade: juiza, motorista de ônibus, agrônoma, empresárias, vereadoras, gerente de banco. Como atividades tradicionalmente masculinas, estas ocupações, também tradicionalmente, então, contam com profissionais cuja inserção no mercado é intensa, contínua e radical. Apesar disto, estas mulheres relatam o mesmo formato de integração, corroborando pesquisas anteriores, no sentido de dar conta de tudo, mas sempre privilegiando o atendimento à esfera doméstica. Este privilegiar a esfera doméstica dá-se tanto em sua biografia quanto nos discursos acerca de sua própria inserção e possibilidades de 'arranjos', caso a esfera doméstica evidencie alguma desorganização em função de sua ausência. Aqui também os maridos têm um papel primordial de permissão e avaliação, sem as quais estas mulheres não teriam assumido estas ocupações. O diferencial, o que nos chama a atenção nos dados colhidos, é a percepção que estas mulheres têm de estar colocando o *feminino* no espaço eminentemente *masculino*. Assim, permanece o código interpretativo tradicional, que define espaços segmentados a homens e mulheres, e a sensação de *invasão* destas mulheres ao adentrar à parcela masculina da esfera pública.

Para finalizar, gostaria de deixar algumas questões para reflexão: Até que ponto a colocação da esfera pública como um território masculino não engendra uma necessidade básica nas mulheres de assumirem os códigos de comportamento masculino para adaptarem-se ao âmbito do trabalho? Mas, na medida em que esta questão se coloca, pressupõe a inevitabilidade dos esquemas interpretativos vigentes. Talvez a questão crucial seja: até que ponto o acesso massivo das mulheres em níveis cada vez mais altos no ensino e trabalho está produzindo novos códigos interpretativos relativos à identidade de gênero? Aqui se abandonam os esquemas reificados, assumindo-se a sociedade como uma construção social e, como tal, passível de transformação desde suas bases mais sólidas e profundas, atitude sem a qual estaremos sempre reproduzindo nossas desigualdades e assumindo a hierarquia das diferenças, a qual não nos privilegia, ao contrário, transforma-nos em uma das minorias mais identificadas com sua situação de subalternidade e a mais disposta a manter-se assim.

REFERÊNCIAS

BERGER, P. & LUCKMANN, T. (1978) . *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes.

BOHOSLAVSKY, R. (1983). Vocação e Alienação Profissional. Em: BOHOSLAVSKY, R. (Org) *Vocacional - teoria, técnica e ideologia*. São Paulo: Cortez.

BOHOSLAVSKY, R. (1977) *Orientação Vocacional: a estratégia clínica*. São Paulo: Martins Fontes.

BOURDIEU, P. (1990). La domination masculine. *Actes de la recherche*. Paris (84) : set.

BRADLEY, H. (1989). *Men's work, women's work*. Cambridge (UK): Polity Press.

CHODOROW, N. (1979) Estrutura familiar e formação da personalidade. Em: ROSALDO, M.Z. & LAMPHERE, L. (Coord). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

DE BEAUVOIR, S. (1980). *O segundo sexo - fatos e mitos*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira.

FAIRBAIN, W.R.D. (1980) . *Estudos psicanalíticos da personalidade*. Rio de Janeiro: Interamericana.

FIGUEIRA, S. (1986). O "Moderno" e o "Arcaico" na Nova Família Brasileira - notas sobre a dimensão invisível da mudança social. Em: *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de janeiro: Jorge Zahar .

HEILBORN, M.L. (1992). Fazendo gênero? Em: COSTA, A.O. & BRUSCHINI, C. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos.

LASSANCE, M.C.P. (1987). *A profissionalização da mulher: um estudo da identidade profissional em adultas jovens em profissões tradicionalmente masculinas e tradicionalmente femininas*. Dissertação de mestrado. PUC/RS, Porto Alegre.

LASSANCE, M.C.P.; BISTRONSKY, B.; SELBACH, V.S.M. (1989). Mulher e trabalho: a integração possível entre o público e o privado. *Psicologia: reflexão e crítica*. 4 (1/2) : 32 - 42.

MEAD, G. (1934). *Mind, Self and Society*. Chicago: University Chicago Press.

OLIVEIRA, R. (1992). *Elogio da diferença: o feminino emergente*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense.

PEARSON, R. (1989). Women workers in Mexico's border industries. Em Young, K. *Serving two masters - Third world women in development*. New Delhi: Allied Publishers.

RIESMAN, D. (1971). *A multidão solitária*. São Paulo: Perspectiva.

ROMANI, J.P. (1982). Mulher, Natureza e Sociedade Em: LUZ, M (org.) *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual* . Rio de Janeiro: Graal.

SCOTT, J. (1990) O gênero como uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade* FACED / UFRGS, 16(2): 5-22 jul/dez.

SHÜTZ, A. (1974) *Estudios sobre Teoria Social*. Buenos Aires: Amorrortu. Compilação: Arvid Brodersen.

SUPER, D. (1957). *The psychology of careers*. New York: Harper.

SUPER, D.(Org) (1963) . *Career development: a self-concept theory - essays in vocational development*. New York, Teachers College, Columbia University.

SUPER, D. (1976). Desarrollo de Carreras. Em: Bohn, M & otros. *Educacion, Vocacion y Ocupacion*. Buenos Aires: Paidós.

UNGER, R.K. (1989). Women's consciousness: public and private images. Em Unger, R.K. (org) *Social construction of gender*. New York: Baywood Publishing Company.